

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
3ª Sessão Ordinária de 2017

(Publicada no DECNMP, Caderno Processual, em 07/02/2017, págs. 1/19)

Dia: 14/02/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 1ª Sessão Ordinária (30/01/17) e da 2ª Sessão Ordinária (31/01/17).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 12/04/2016

2) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

3) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Brasília

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

4) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39

Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR

Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Paraná

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 09/08/2016

5) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa

Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955

Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Tocantins

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 23/08/2016

6) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 18/10/2016

7) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 30/01/2017

8) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

9) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10

Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

10) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

- 11) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001634/2013-11
Requerente: Elizabeth Helena de Faria Campos – Promotora de Justiça/MPDFT
Advogado: Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36.482
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer a revisão do processo administrativo n.º 08190.050803/11-07, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 12) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80
Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão (09/08/2016)

- 13) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001678/2014-13
Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.0001811/2013-51, para que o membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco seja habilitado em todas as remoções para as quais concorreu e para efeito de contagem de remanescente.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

Processos desta Sessão (14/02/2017)

- 14) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000978/2013-02
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Francisco Antônio Távora Colares – Presidente do SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer a declaração de ilegalidade do art. 12, do Provimento n.º 60/2009, editado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, no que tange à vigência dos atos de progressão por elevação de nível profissional, bem como de diversos dispositivos do mencionado provimento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Ceará

- 15) Correição n.º 0.00.000.000422/2016-51
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em Promotorias de Justiça da Comarca de Fortaleza/CE.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 16) Correição n.º 0.00.000.000424/2016-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Maranhão e nas 10ª, 12ª, 14ª, 18ª, 24ª, 25ª, 31ª e 32ª Promotorias de Justiça da Comarca de São Luís/MA.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 17) Correição n.º 0.00.000.000425/2016-94
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em unidades do Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 18) Correição n.º 0.00.000.000426/2016-39
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas Promotorias de Justiça do Meio Ambiente e Cidadania da Comarca de Salvador/BA.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 19) Correição n.º 0.00.000.000449/2016-43
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre/RS e Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre – Combate aos Crimes Licitatórios.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

20) Correição n.º 0.00.000.000450/2016-78

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada na 22ª Promotoria de Justiça de Juiz de Fora/MG.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

21) Correição n.º 0.00.000.000452/2016-67

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada na 17ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte/MG.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 27/01/2016

2) Proposição nº 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Cons. Fábio Bastos Stica

- 3) Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 21/06/2016

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77
Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rondônia
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 5) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 23/08/2016

- 6) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Pedido de Vista em 27/09/2016

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00385/2016-16
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 08/11/2016

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00558/2016-14
Requerente: Glaucio Araujo de Oliveira – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Portaria n. 434/2016, da Procuradoria Geral do Trabalho. Fixação de vagas de Procurador Regional do Trabalho por sede das PRTs. Alteração na organização administrativa sem participação do Conselho Superior. Requer sustação dos efeitos da referida Portaria.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 9) Proposição nº 1.00580/2016-19
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 7º da Resolução CNMP nº 13/2006. Alteração dos artigos 6º e 7º da Resolução CNMP nº 23/2007.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 21/11/2016

- 10) Proposição nº 1.00487/2016-69
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Recomendação. Garantia do princípio constitucional do estado laico. Esferas executiva, legislativa e judiciária. Adoção de políticas públicas.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

11) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 06/12/2016

12) Pedido de Providências nº 1.00654/2016-35

Requerente: Ser Glass Vidros Blindados Ltda.

Advogado: Carlos Humberto Fauze Filho – OAB/DF nº 43188

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Procuradoria de Justiça Militar no Estado de São Paulo. Empresa fabricante de blindagem transparente, fiscalizada pelo Exército. Extrapolação das atribuições ministeriais. Ilegalidade na requisição de instauração de processo administrativo ao Exército com indicação prévia de penalidade. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 13/12/2016

13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00266/2016-45

Requerente: Corregedoria Nacional

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Desconstituição de decisões. Autorização de ajuizamento de Ação Civil para decretação da perda do cargo contra membros do MP/ES. Colégio de Procuradores de Justiça. Procedimentos GAMPES nº 2015.0030.1104-05, nº 2015.0029.8107-95, nº 2015.0029.8106-82 e nº 2015.0029.8105-69. Inspeção CNMP nº 0.00.000.001007/2014-52.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Espírito Santo

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00633/2016-92

Requerente: Claude Henri Appy – Procurador-Chefe da PRT da 15ª Região, em exercício

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região – MG

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Controle da Portaria PGT nº 434/2016. Sustação de processos de remoção e promoção. Editais PGT nº 11/2016 e CSMPT nº 27/2016. Definição do processo de promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, sem lesão à antiguidade dos membros.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

- 15) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00736/2016-99
Requerente: Jamil Luiz Simon
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Preservação da autonomia. Declarar ser facultativa a opinião ministerial sobre pedidos de tutela provisória e liminares. Determinação à Administração Superior que não conheça as remessas referentes ao art. 28, do Código de Processo Penal. Abstenção de remessa de cópias à Corregedoria Geral. Comarca de Campos do Jordão. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes
- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00756/2016-88
Requerente: Marcelo Goss Neves
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Anulação. Portaria PGT nº 434/2016. Fixação do número de ofícios de Procurador Regional do Trabalho. Prejuízo à Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Pedido de Vista em 30/01/2017

- 17) Pedido de Providências nº 1.00723/2016-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Recorrido: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional no Estado do Acre
Advogado: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues – OAB/AC nº 2.299
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Acre. Indeferimento de acesso a advogado. Inquérito Civil nº 000150.2016.14.001/0. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Acre
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 31/01/2017

- 18) Procedimento Avocado nº 1.00308/2016-10
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015. Decisão proferida no PCA nº 1.00296/2015.99.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

- 19) Procedimento Avocado nº 1.00310/2016-26
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2015. Decisão proferida no PCA nº 1.00296/2015-99.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00685/2016-22
Requerente: Fernanda Alitta Moreira da Costa
Advogado: Ana Luiza Mercio Lartigau – OAB/RS nº 99.283
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Suspensão da penalidade aplicada à requerente. PAD nº 2.00.000.005872/2014-67. Desconstituição de decisão. Garantia de vitaliciedade. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
Cons. Otavio Brito Lopes
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00745/2016-80
Requerente: Sigiloso
Advogado: Leucio de Lemos Filho – OAB/PE nº 5.807
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Visita de Inspeção nº 008/1º/2016 e 009/1º/2016. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público. Afastamento preventivo do requerente. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pernambuco

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

- 22) Proposição nº 1.00312/2015-43
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

25) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

26) Proposição nº 1.00439/2015-53

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

27) Proposição nº 1.00395/2016-60

Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (13/09/2016)

28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17

Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessado: David Raimundo Santos

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Bahia

29) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40

Requerente: José Carlos Cruz

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

30) Proposição nº 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)

Embargante: José Robalinho Cavalcanti

Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (08/11/2016)

31) Pedido de Providências nº 1.00091/2015-40

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Providências. Inadequação. Quadro de Servidores. 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. Inobservância. Prazos Processuais. Ministério Público do Estado de Sergipe.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Sergipe

- 32) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00305/2015-60
Requerente: Francisco de Jesus Lima
Advogado: Analina de Jesus Lima – OAB/PI nº 5.601
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2012, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Piauí
- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00555/2016-53
Requerente: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP
Requerido: Ministério Público Eleitoral
Objeto: Ministérios Públicos Estaduais. Requer medida que desobrigue os servidores a atuarem no âmbito do Ministério Público Eleitoral. Falta de amparo legal para a exigência. Possibilidade de criação de quadro próprio específico de servidores para atuar naquele órgão. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (21/11/2016)

- 34) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 35) Proposição nº 1.00724/2016-37
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Resolução. Política nacional de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 36) Proposição nº 1.00767/2016-86
Requerente: Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de Resolução que altera a redação do inciso I do § 2º do artigo 13, da Resolução CNMP nº 146/2016, para modificar o texto da alínea c e incluir a alínea d.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (31/01/2017)

- 37) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00054/2015-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Objeto: RD n.º 359/2015-71, com sigilo dos autos. Censura. Procurador do Trabalho. Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará. Agressão. Injúria. Falta de decoro pessoal.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 38) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00187/2015-62
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Base na Sindicância nº 0.00.000.001429/2013-47.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 39) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de licença prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 40) Pedido de Providências nº 1.00256/2015-00 (Apenso: Processo n.º 1.00232/2016-97)
Requerente: Dietrich Esmale Teixeira Mendes
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Providências. Ausência de Promotor Titular. Promotorias de Justiça da Comarca de Parintins. Prejuízo Processual. Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Amazonas
- 41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Embargado: Lorenzo Silva de Pazolini
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258
Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de questões. Concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Espírito Santo

- 42) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00075/2016-65 (Embargos de Declaração)
Embargante: Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CN nº 020/2016. RD nº 0.00.000.000855/2015-25.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 43) Reclamação Disciplinar nº 1.00459/2016-32 (Recurso Interno)
Recorrente: João Edson de Souza
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Tocantins
- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00556/2016-07
Requerentes: Ana Virgínia Santana Souza; Andréa Leite Torres; Anna Karina Rolim Cartaxo; Arian Dantas Meneses; Braulio Livio Dias Cavalcante Junior; Eduardo Vieira dos Santos Júnior; Gabriela Andrade Rocha; João Alberto Leonardo Clement Júnior; João Ribeiro de Almeida Neto; Juliana Gomes Rezende Doria; Luana Rocha Prado; Mariana Melo Gois Lebre; Monique Tielle Andrade Almeida; Márcio Silva Siqueira; Pedro Felipe Cardoso Mota Fontes; Roberta Conceição de Almeida; Rodolfo Galvão Costa; Stanley Kleber Nogueira Santos; Susana Raquel Cipriano Ramalho Sampaio; Sávio Roberto Amorim Aragão Silva; Thereza Raquel Macedo Guimarães; Thássia Karine Almeida Reis; Willde Pereira Sobral
Advogado: Mauricio Gentil Monteiro – OAB/SE nº 2.435
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Concurso público para provimento de cargos de Analista e Técnico. Edital 01/2013. Nomeação. Preenchimento irregular de vagas com pessoal requisitado, conveniado e comissionado. Prejuízo para os candidatos aprovados que aguardam nomeação.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Sergipe
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00601/2016-41 (Recurso Interno)
Recorrentes: Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará – ADPEC; Defensoria Pública do Estado do Ceará
Advogados: Rubens Emidio Costa Krischke Junior – OAB/CE nº 25189-A; Victor Henrique da Silva Lima – OAB/CE nº 31651
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria nº 24/2016/1ªPJM. Instauração de inquérito civil público com vistas a apurar suposta designação irregular de Defensores Públicos no Estado do Ceará. Ingerência na autonomia da Defensoria Pública. Requer sustação do ato impugnado e trancamento do procedimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

- 46) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00656/2016-42
Requerente: Antônio Marcos de Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Promotoria de Justiça de Araguari. Alegação de inércia na conclusão de inquéritos civis que apuram graves suspeitas de irregularidades em contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados com o município.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Minas Gerais
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00777/2016-20 (Apenso: Processo nºs 1.00833/2016-63; 1.00808/2016-06 e 1.00869/2016-29)
Requerente: Maria das Gracas do Monte Teixeira
Advogados: Álvaro Vilarinho Brandão – OAB/PI nº 9.914; Rafael Vilarinho da Rocha Silva – OAB/PI nº 14.999
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Suspensão imediata da tramitação do Processo Administrativo nº 18950/2015. Atribuições da 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Atuação na Defesa do Consumidor. Preservação da autonomia. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Piauí
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00778/2016-84
Requerente: José Carlos Paes
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Anulação do § 2º do art. 3º da Resolução GPGJ nº 2.062/2016. Procuradoria Geral de Justiça. Decisão de conveniência e oportunidade. Celebração de convênios para consignação em folha de pagamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Rio de Janeiro
- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00874/2016-03
Requerentes: Paola de Castro Oliveira Santos Lemos; Wagner Rodrigues Gonçalves
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Servidora da Procuradoria da República no Estado do Amazonas. Requer a revisão da decisão que indeferiu a concessão de licença para acompanhamento de cônjuge com exercício provisório em qualquer unidade do MPU na cidade de Belo Horizonte/MG. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Minas Gerais
- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00932/2016-45
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00937/2016-13
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00939/2016-20
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00944/2016-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00946/2016-04
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00955/2016-03
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00958/2016-66
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00970/2016-16 (Recurso Interno)
Recorrente: Emerson Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Servidor da Promotoria de Justiça de Governador Eugênio Barros. Desconto na remuneração, proveniente de indeferimento de pedido de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar. Requer anulação da decisão e reposição do valor descontado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Maranhão

58) Proposição nº 1.01041/2016-33
Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Altera a Resolução CNMP nº 82/2012, que dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (14/02/2017)

59) Procedimento Avocado nº 1.00424/2015-30 (Embargos de Declaração)
Embargante: Eduardo Nepomuceno de Sousa
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Procedimento Disciplinar Administrativo instaurado pela Portaria nº 30/2015. Avocado da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Decisão proferida no Processo CNMP nº 0.00.000.000797/2015-30.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

60) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00076/2016-19 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fânia Helena Oliveira Amorim
Advogado: José Fábio Marques Dias Junior – OAB/MT n.º 6.398
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Pedido de Revisão do Procedimento Administrativo Disciplinar GEDOC nº 000022-024/2014 (MPMT). Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

61) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00209/2016-39
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Inércia. Consulta e vista do Inquérito Civil nº 130.001.004.467.2014.38. Descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Conselho Regional de Química 3ª Região.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Rio de Janeiro

- 62) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00315/2016-02
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogados: Daniel Holanda Leite – OAB/CE nº 13.714; Rodrigo Freire Carvalho – OAB/CE nº 22.886
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 82/2016. Base na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000016/2016-98. Falta de zelo nas funções. Excesso de Prazo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 63) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00349/2016-52
Requerente: Placido Barroso Rios
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ato. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Manutenção da classificação da 12ª Procuradoria de Justiça no âmbito cível. Processo Administrativo nº 99458/2016-5. Recomendação constante do item 52.18 do Relatório de Inspeção CNMP nº 0.00.000.000349/2013-74.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Ceará
- 64) Avocação nº 1.00449/2016-98 (Embargos de Declaração)
Embargante: Evandro Barbosa da Silva
Advogado: Evandro Barbosa da Silva – OAB/PE nº 14.581
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Solicitação de avocação de procedimentos em trâmite na Corregedoria Geral.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
- 65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00606/2016-10 (Embargos de Declaração)
Embargante: Luis Felipe Jordão Wanderley
Advogados: Cândido Dortas de Araújo – OAB/SE nº 5.929; Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE nº 4.800
Embargados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe. Decisão pelo não recebimento do pedido de impugnação da permanência na carreira de membro do Parquet. Requer a suspensão do ato e sua posterior anulação, determinando-se a instauração de procedimento administrativo para aferir a aptidão funcional de membro daquele Parquet.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe

- 66) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00640/2016-76 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogado: Willie Rodrigues Soares Teodomiro de Carvalho Setúbal – OAB/PI n.º 6.581
Embargado: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2014.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Piauí
- 67) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00665/2016-33
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Ausência a diversas sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão. Conduta incompatível com o cargo. Base na RD nº 1.00524/2016-66.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 68) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00700/2016-23
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 169/2016. Prática de Crimes.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 69) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00727/2016-06 (Recurso Interno)
Recorrente: Maria das Graças do Monte Teixeira
Advogado: Álvaro Vilarinho Brandão – OAB/PI n.º 9.914
Recorrido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Designação de servidor com qualificação jurídica. 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Prejuízo ao regular andamento dos trabalhos.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Piauí
- 70) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65
Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia

- 71) Pedido de Providências nº 1.00742/2016-19 (Recurso Interno)
Recorrente: Antonio de Araujo Ribeiro
Advogado: Maria Regina Campana Caldas – OAB/RJ n.º 75.598
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Promoção de arquivamento. Processo 0000695.16.2014.8.19.0209. Irregular obra vertical e horizontal. Ausência de prova pericial.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio de Janeiro
- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00754/2016-70 (Embargos de Declaração)
Embargante: Luis Felipe Jordão Wanderley
Advogados: Cândido Dortas de Araújo – OAB/SE n.º 5.929; Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE n.º 4.800
Embargados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público. Não conhecimento do incidente de impugnação ao vitaliciamento de membro. Determinação de instauração de procedimento administrativo de incidente de impugnação de vitaliciamento de membro. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe
- 73) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00779/2016-38
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Alteração de conclusão exarada no PAD N.º 020/2015. Base na Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000053/2015-15.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Tocantins
- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00856/2016-13
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso. Expedição de Plano de Contingência. Desvio das atividades desenvolvidas pelos Técnicos de Segurança Institucional e Transportes. Alteração nas atribuições dos cargos. Requer a suspensão do ato. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Mato Grosso

- 75) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00885/2016-01 (Recurso Interno)
Recorrente: Gean Carlos Guimarães Gomes
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Progressão funcional. Avaliação de desempenho supostamente ilegal e abusiva.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Pernambuco
- 76) Proposição nº 1.00927/2016-79
Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acresce à Resolução CNMP n.º 09/2006 os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 8º. Estabelece que no pagamento de valores passivos aos membros do Ministério Público, deve haver, nos contracheques, menção ao número da parcela e o total de parcelas, informação da rubrica para o pagamento e a metodologia de correção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
- 77) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01006/2016-23
Requerente: Rodrigo Ricardi Sousa Rocha
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Servidor do Ministério Público Federal. Processo administrativo n.º 1.00.000.017416/2016-87. Indeferimento de autorização de licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório na Procuradoria da República no Município de Itapipoca/CE. Revisão de decisão. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Ceará
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01020/2016-90 (Recurso Interno)
Recorrente: Emerson Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Servidor da Promotoria de Justiça de Governador Eugênio Barros. Desconto na remuneração, proveniente de indeferimento de pedido de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar, referente ao mês de dezembro. Requer a anulação da decisão e reposição do valor descontado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Maranhão
- 79) Proposição nº 1.01028/2016-20
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Dispõe sobre a aplicação subsidiária do art. 60, da Lei n.º 8.625/1993, na hipótese de a lei orgânica local não ter previsão de suspensão, até o julgamento definitivo, do exercício funcional de membros do Ministério Público da União ou dos Estados, quando houver impugnação ao seu vitaliciamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

80) Proposição nº 1.01042/2016-97

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

81) Pedido de Providências nº 1.00038/2017-38

Requerente: Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Projeto e acordo de resultados. Ação Nacional de Promoção da Igualdade. Aprovação do Plenário do CNMP. Resolução CNMP nº 147/2016.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público